

## NOTA DE APOIO

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) vem a público defender a atuação de seus associados na condução da campanha “Carne Legal”. Para a ANPR, o trabalho dos Procuradores da República cinge-se ao cumprimento do dever e da obrigação institucional do Ministério Público Federal (MPF) de promover o respeito à Constituição e às leis do País.

É importante ressaltar que o setor produtivo, composto por frigoríficos, varejistas, curtumes e pecuaristas apoiam o MPF no trabalho de legalizar a cadeia da pecuária. Cerca de 80 empresas aderiram aos acordos pela pecuária sustentável desde o ano passado nos Estados do Pará e Mato Grosso. O trabalho dos Procuradores da República junto aos pecuaristas e frigoríficos tem auxiliado a produzir resultados positivos, como mostra o mais recente dado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de queda de 49% do desmatamento.

A campanha Carne Legal tornou-se um argumento de qualificação da pecuária no diálogo tanto com grupos com atuação no mercado nacional (Carrefour, Wal Mart, Pão de Açúcar), quanto no mercado externo (Gucci, Nike, Timberland), para apresentar os significativos esforços da pecuária em alcançar patamares de sustentabilidade. A conscientização do consumidor em relação ao tema levou o empresariado a divulgar iniciativas positivas. Anúncios que destacam produtos bovinos comercializados de acordo com a proposta da campanha já podem ser vistos em supermercados de Belém/PA. O grupo Pão de Açúcar aproveitou sua participação na Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne (Feicorte), em São Paulo, para apresentar sua linha de carne bovina com código de rastreabilidade.

A ANPR lamenta que, em vez de contribuir para o debate, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por sua presidente, Kátia Abreu, opte por ignorar propostas de solução para o grave problema da certificação da origem da carne bovina em nosso País. A ação popular ajuizada contra a campanha é um grave retrocesso nos grandes avanços já obtidos a partir de articulação com todos os setores interessados em encontrar uma saída para conter o desmatamento, trabalho escravo e outros crimes graves associados à pecuária ilegal.

Diferentemente do que se argumenta na ação popular, o material da campanha publicitária estimula o consumidor a se informar sobre a origem dos produtos e a valorizar os de origem



legal. É infundada a argumentação da presidente da CNA de que seria impossível para a população certificar-se da origem da carne que consome. A campanha “Carne Legal” foi lançada justamente para trazer à tona este grave problema e esclarecer a população acerca de seus direitos.

Como base de dados para o consumidor foi lançado o site [www.carnelegal.mpf.gov.br](http://www.carnelegal.mpf.gov.br). Por ele, é possível saber as empresas, entre frigoríficos, curtumes e outros, que se comprometeram com o MPF a só vender itens cuja produção não tenha provocado desmatamento ilegal, trabalho escravo ou qualquer outro crime. É justamente por não existir um efetivo sistema de rastreamento do rebanho bovino brasileiro nem de certificação da carne produzida no Brasil que a campanha é necessária.

Exatamente porque respeita o setor pecuário, a campanha tem o objetivo de ajudar a mudar a realidade, observada nos estudos científicos que basearam a iniciativa. De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), aproximadamente 80% das áreas desmatadas na região são destinadas à pecuária. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 51% dos casos de trabalho escravo em 2008 foram encontrados na pecuária e em atividades a ela vinculadas. Em 2007, esse índice foi de 64%.

Por tudo isso, a ANPR ressalta que não é admissível que se pretenda por fim a campanha de utilidade pública e reafirma que este tipo de intimidação não desviará os Procuradores da República do cumprimento de seu dever constitucional de tutela dos interesses da sociedade.

ANTONIO CARLOS BIGONHA  
Procurador Regional da República

Presidente da ANPR